

SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Data da reunião: 17/09/2025 **Presidente:** Senador Otto Alencar

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PLP 108/2024 Ementa: Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Eduardo Braga	Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto e, total ou parcialmente, às Emendas n°s 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 54, 56, 59, 64, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 255, 257, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 328, 333, 334, 335, 336, 339, 357, 358, 363, 364 e 365, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (Apreciadas as emendas n° 1 a 368).	O PLP 108/2024 visa a instituir o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), estabelecer regras para a transição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e para o processo administrativo do IBS, além de fixar normas gerais para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), para o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e para a Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento para Segurança e Preservação de Logradouros Públicos (Cosimp). O PLP compõe-se de 203 artigos, dispostos em três Livros: Livro I "Da Administração e da Gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)"; Livro II "Do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD)"; e Livro III "Disposições Finais". Até o fechamento deste quadro-síntese, foram apresentadas 396 emendas. O relator se manifestou sobre as emendas 1 a 368 e propôs a aprovação da matéria na forma de substitutivo. Conforme exposição do relator, o substitutivo promove alterações necessárias na Lei Complementar 214/2025, que trata da tributação sobre o consumo, com o objetivo de sanar ambiguidades, omissões e equívocos para evitar futuros litígios tributários e garantir a isonomia entre os contribuintes. Nesse sentido: a) inclui uma regra para a solução de conflitos internos, em caso de cumulação de tratamentos favorecidos, de modo que, se houver mais de uma redução de alíquota, prevaleça a maior, e a cumulação só ocorrerá se houver previsão expressa, conferindo maior segurança jurídica; b) aprimora as regras sobre o momento da ocorrência do fato gerador no caso de operações contínuas ou fracionadas, especialmente em relação ao pagamento antecipado e à apropriação de créditos; c) amplia o alcance da regra de localização para abranger todos os bens e serviços não especificados, eliminando dúvidas interpretativas e garantindo

Item	ldentificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				livres por agentes varejistas e explicitando o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS na importação de energia: e) estipula que a alíquota que serve de paradigma para as reduções previstas nos regimes específicos deve ser a de cada ente federativo; f) ajusta as regras aplicáveis às plataformas digitais, que podem optar por ser substitutas tributárias do fornecedor, o que facilita a emissão de documentos fiscais e o recolhimento dos impostos, mantendo o caráter opcional; g) para evitar o uso indevido de fundos de investimento para planejamento tributário abusivo, retoma restrições e adapta as redações às novas medidas provisórias; h) estende o regime de nanoempreendedores a taxistas, mototaxistas e fretistas, garantindo isonomia tributária e prevenindo litigios judiciais; i) propõe ajuste técnico no marco final para devoluçõe de débitos pagos a maior pelo contribuinte em virtude da extinção de débitos após o período da apuração; i) propõe ajustes no mecanismo de segregação de pagamento (split payment), escalarecendo conceltos e procedimentos, além de permitir flexibilidade operacional em transações iniciadas pelo recebedor; k) cria soluções para devoluções e cancelamentos de operações, prevendo a apropriação ou estorno de créditos e débitos, inclusive para casos de split payment; l) explicita que o Domicillo Tributário Eletrônico valerá inicialmente apenas para o IBS, e que a unificação futura com a CBS dependerá de acordo entre os entes federativos; m) trata de problemas operacionais relacionados ao mecanismo de cashback, criado para reduzir a regressividade tributária e garantir devolução de parte do IBS e da CBS as familias de baixa renda do Cadúnico; n) inclui as correntes da gasolina e do diesel no regime específico para combater a sonegação e permite o adiamento da inclusão do setor de gás combustivel devido a dificuldades operacionais em identificar o uso final e definir a alíquota correta; o) corrige erros materiais e incorpora, diretamente no texto da Lei, a alíquota calculada para as reviços finan

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				membros do Conselho Superior, com regras mais estritas para perda de cargo, assegurando a independência da entidade, sendo que haverá alternância na presidência entre representantes de estados e municípios, promovendo a paridade federativa, e que a Diretoria-Executiva, órgão técnico e executivo, será composta por diretores com reputação ilibada e notório conhecimento, com ocupação mínima de 30% das vagas por mulheres; c) em relação ao controle externo, o texto define que a fiscalização do CGIBS será realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal, e Municipais, de forma coordenada e compartilhada, cabendo ao comité elaborar relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal, que serão publicados e amplamente acessiveis à sociedade, elevando a transparência; d) as receitas do CGIBS virão de um percentual da arrecadação do IBS e de outras fontes, sendo que os rendimentos de aplicações financeiras do produto da arrecadação do IBS pertencerão aos entes subnacionais — e não ao Comitê —, para evitar que o custeio da entidade dependa excessivamente de recursos de terceiros, e que a União irá custear a instalação do CGIBS com até RS 3,8 bilhões entre 2025 e 2028, e que esses recursos poderão ser usados para despesas correntes, incluindo pessoal, dada a natureza de instalação do órgão; e) quanto às infrações e penalidades: e.1) é proposta sistemática conjunta para o IBS e a CBS, deslocando essas disposições para a Lei Complementar 214/2025; e.2) é introduzido o conceito de "tributo de referência" como base de cálculo para as penalidades; e.3) são reduzidas as multas para casos de tributo declarado a menor, mas com todos os fatos informados à administração irbutária e ampliados os descontos para quem realizar parcelamento; e.4) é afastada a punição para meras falhas ou erros materiais que não prejudiquem o conhecimento da operação, incentivando a autorregularização; e.5) são criadas penalidades administrativas não tributárias para o descumprimento das regras do split payment. No que concerne ao

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				participação na receita durante a transição; e) inclui, na destinação da receita-base dos entes federativos, as deduções para o Fundo de Combate à Pobreza e para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com limites e critérios de aplicação claros; f) fixa que o CGIBS deverá divulgar relatórios mensais e informações detalhadas sobre a arrecadação e distribuição do IBS em um portal público, garantindo a transparência para entes federativos e a sociedade.
				O substitutivo estabelece regras para o reconhecimento e utilização dos saldos credores de ICMS existentes em 31/12/2032. Define que os saldos credores deverão ser homologados pelos estados e pelo Distrito Federal, e serão atualizados mensalmente pela variação do IPCA. O prazo para o pedido de homologação é de cinco anos, e a ausência de resposta do ente federativo dentro de 12 meses resultará na homologação tácita. Permite que o saldo credor seja utilizado para compensação com o IBS ou que possa ser transferido a integrantes do mesmo grupo econômico ou a terceiros, facilitando a liquidação desses créditos. Admite que, na impossibilidade de compensação, o titular poderá ser ressarcido em espécie pelo CGIBS, em 240 parcelas mensais.
				Por fim, no que tange aos tributos municipais: a) consolida em um único artigo as hipóteses de imunidade do ITCMD e acrescenta outras, como a imunidade para livros e fonogramas e a não incidência sobre a renúncia de herança e benefícios de previdência privada (como VGBL/PGBL), seguindo o entendimento do STF; b) clarifica o momento da ocorrência do fato gerador, como a data do óbito ou do registro em cartório de imóveis para doações, e para o caso de <i>trusts</i> ; c) simplifica o processo de avaliação da base de cálculo, que passa a ser o valor patrimonial no caso de transmissão de quotas ou ações não negociadas em bolsa; d) define que a Receita Federal deverá compartilhar informações econômico-fiscais com as administrações tributárias estaduais e distritais, mediante convênio, fortalecendo o poder de fiscalização.
				Quanto ao ITBI, propõe que os municípios e o Distrito Federal poderão exigir a antecipação do pagamento, com a possibilidade de aplicação de alíquota inferior nesses casos, trazendo flexibilidade ao contribuinte e define que o valor venal do imóvel, base de cálculo do ITBI, será estimado por critérios técnicos transparentes, que deverão ser divulgados pelas administrações tributárias, permitindo contestação pelo contribuinte. =
				Em relação à Cosimp, adapta a designação do tributo conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023, e mantém a faculdade de cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
				 Foram realizadas quatro audiências públicas para instrução da matéria; Foram apresentadas 393 emendas ao Projeto; Na 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 10/09/2025, a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório aos Senadores nos termos regimentais; Dependem de relatório as Emendas nº 369 a 393.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.